



IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE
III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia
26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR

A INSERÇÃO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DO PROFESSOR

OLIVEIRA, Rosimary Lima Guilherme – UNIVALE
rosimary.oliveira1@hotmail.com

Eixo Temático: Educação infantil
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a inserção da música no cotidiano da educação infantil e o papel do professor frente à mesma. Para tanto, inicialmente abordamos algumas questões relacionadas à forma como a música participa do desenvolvimento da criança e às habilidades que a mesma desenvolve em relação à música nas diferentes etapas do desenvolvimento infantil. Também tratamos do objetivo do ensino da música nesse nível de ensino e da responsabilidade que o educador possui nesse sentido. Na sequência tratamos da formação de professores da educação infantil uma vez que é a partir dela que se configura um dos aspectos que permeia a prática do profissional que atua junto às crianças nas instituições formais de ensino. Sobre a formação desses professores ressaltamos a importância da prática nesse processo já que a mesma deve ser concebida como eixo central no currículo de formação de professores. Também discutiremos sobre os desafios que recai tanto sobre os profissionais da educação infantil quanto aos seus formadores, que precisam atualizar-se continuamente no que diz respeito às tendências e práticas da sociedade moderna. Finalizamos o presente trabalho refletindo sobre a necessidade que formação dos profissionais da educação infantil assume no sentido de que a mesma aborde vários aspectos que vão desde questões relacionadas ao desenvolvimento humano até noções de cultura e sociedade, incluindo o papel da música nesse processo, uma vez que a presença da música na vida dos seres humanos é incontestável se considerarmos que a mesma tem acompanhado a história da humanidade, ao longo dos tempos, exercendo as mais diferentes funções.

Palavras-chave: Educação Infantil. Música. Formação de Professores.

Introdução

A presença da música na vida dos seres humanos é incontestável, uma vez que ela tem acompanhado a história da humanidade, ao longo dos tempos, exercendo as mais diferentes funções. Além disso, é possível afirmar que ela está presente em todas as regiões do globo,

em todas as culturas, em todas as épocas, ou seja, a música é uma linguagem universal, que ultrapassa as barreiras do tempo e do espaço.

No entanto, nos meios acadêmicos da área da Educação, a música tende a ser vista como ornamental, pouco substantiva, ou é tratada de forma pouco científica; no campo da Música, é pouco valorizada ou carece de concepções mais sólidas a respeito da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica (NOGUEIRA, 2006).

Para Jeandot (1993) as pesquisas sobre educação musical no Brasil se mostram um pouco lentas, se comparadas às que se desenvolvem em outros domínios artísticos, devido ao fato de a música ser uma arte auditiva, interiorizada, que exige mais esforço, ao contrário das artes visuais, cuja captação é mais imediata.

Em relação à Educação Infantil é importante considerar que a música está presente, de modo inequívoco, no cotidiano das crianças. Nesse sentido, Nogueira (2006) ainda afirma que os brinquedos musicais fazem parte da vida da criança desde muito cedo – é por meio dos acalantos, das parlendas, dos brinquedos ritmados entre mãe e bebê, que se estabelecem as primeiras experiências lúdico-musicais da vida humana. Mais tarde, outros tipos de brincadeiras musicais, cada vez mais dinâmicas e diversificadas, vão ampliando os referenciais auditivos das crianças, num processo sempre crescente. Ainda de acordo com a autora, este processo tende a se intensificar com o acesso aos meios de comunicação de massas e a diferentes fontes sonoras, processo esse atualmente bastante disseminado junto às diferentes camadas da população brasileira.

Também é importante salientar que ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de propiciar a vivência de elementos estruturais dessa linguagem.

A relevância da inserção musical na educação infantil também está fundamentada na própria Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei nº 9394/96) quando afirma que a finalidade da educação infantil está relacionada ao desenvolvimento integral da criança, ou seja, pensando nesses termos, a música assume um papel fundamental no processo de desenvolvimento infantil em seus vários aspectos.

A Música na Educação Infantil

A relação afetiva das crianças com a música acontece, de acordo com Borges (1994), desde muito cedo podendo ser facilmente comprovada nas reações de prazer que as mesmas apresentam ao serem embaladas, às cantigas de ninar, nos primeiros movimentos de dança, independentemente do contexto histórico-cultural em que estejam inseridas.

Oliveira, Bernardes e Rodriguez (1998) afirmam que as crianças, mesmo antes de aprenderem a falar, se expressam através de movimentos, sons e ritmos. Para as autoras, a convivência com os diferentes sons e ruídos é de suma importância, pois através dos mesmos se faz descobertas e com elas, o conhecimento e a exploração do diferente.

Ainda de acordo com as autoras, a primeira descoberta dos sons e do ritmo se dá através do próprio corpo e do ambiente ao redor. Por ser criativo, o ser humano rompe continuamente os esquemas repetidos das experiências anteriores e vai explorando novos caminhos.

Quando a criança escuta uma música, ela se concentra e tende a acompanhá-la, cantando e fazendo movimentos com o corpo. Isso desenvolve o senso do ritmo nos pequeninos. Aprendendo a ouvir, a criança pode repetir uma música, recriando-a. É importante que nós, educadores, valorizemos o ato de criação da criança, para que ele seja significativo no seu contexto de desenvolvimento. (OLIVEIRA, BERNARDES e RODRIGUEZ, 1998, p. 104).

Jeandot (1993) vai ao encontro dessas afirmações quando relata que a receptividade à música é um fenômeno corporal. De acordo com a autora, a criança, ao nascer, passa a ter contato com um universo sonoro que se localiza em torno dela, ou seja, os sons produzidos pelos objetos e pelos seres vivos. Assim, sua relação com a música se torna imediata, seja através dos aparelhos sonoros de sua casa, seja através do acalanto da mãe e do canto de outras pessoas.

A autora também ressalta o fato das crianças gostarem de acompanharem as músicas com movimentos corporais, seja com palmas, sapateados, volteios de cabeça, danças, entre outros, sendo a partir dessa relação entre o som e o gesto da criança que ela constrói seu conhecimento sobre música.

Portanto, a autora salienta que é possível constatar a grande influência que a música exerce sobre a criança. É por isso que os jogos ritmados, próprios dos primeiros anos de vida, devem ser incentivados e trabalhados na escola.

Jeandot (1993) descreve as habilidades que as crianças desenvolvem em relação à música nas diferentes etapas do desenvolvimento infantil. De acordo com a autora, cada idade reserva um aspecto particular em relação à música, sendo que aproximadamente em torno de:

- 2 anos, a criança é capaz de cantar versos soltos, fragmentos de canções, geralmente fora do tom. Reconhece algumas melodias e cantores. Gosta de movimentos rítmicos em rede, cadeira de balanço, etc.;
- 3 anos, a criança consegue reproduzir canções inteiras, embora geralmente fora do tom. Tem menos inibição para cantar em grupo. Reconhece várias melodias. Começa a fazer coincidir os tons simples de seu canto com as músicas ouvidas. Tenta tocar instrumentos musicais. Gosta de participar de grupos rítmicos: marcha, pula, caminha corre, seguindo o compasso da música;
- 4 anos, a criança progride no controle da voz. Participa com facilidade de jogos simples, cantados. Interessa-se muito em dramatizar as canções. Cria pequenas músicas durante a brincadeira;
- 5 anos, a criança entoa mais facilmente e consegue cantar melodias inteiras. Reconhece e gosta de um extenso repertório musical. Consegue sincronizar os movimentos da mão ou do pé com a música. Reproduz os tons simples de ré até dó superior. Consegue pular em um só pé e dançar conforme o ritmo da música. Percebe a diferença dos diversos timbres (vozes, objetos, instrumentos), dos sons graves e agudos, além da variação de intensidade (forte e fraco);
- 6 anos, a criança percebe sons ascendentes e descendentes. Identifica as fórmulas rítmicas, os fraseados musicais, as variações de andamento e a duração dos valores sonoros. Adapta palavras sobre ritmos ou trecho musical já conhecido. Acompanha e repete uma seqüência rítmica;
- 7 anos, a criança expõe e defende suas idéias. Ouve em silêncio, acompanhando a melodia e o ritmo da música. Canta acentuando a tônica das palavras. Bate as pulsações rítmicas com as mãos, enquanto o pé acentua o tempo mais forte. Distingue ritmos populares – baião, rock, samba, marcha, valsa –, expressando-se com o corpo, criando gestos livremente, segundo esse ritmo. Produz pequenas melodias (compostas de perguntas e respostas) segundo uma fórmula rítmica. Interpreta músicas com expressão e dinâmica;
- 8 anos, a criança é mais rápida em suas próprias reações e também compreende melhor as dos demais. Percebe e distingue com segurança os elementos rítmicos, criando frases rítmicas;
- 9 anos, a criança adquire maior domínio de si mesma. Gosta muito de conversar. É capaz de distinguir os elementos da música: melodia, ritmo, harmonia. Percebe o fraseado musical. Lê, interpreta e responde a fórmulas rítmicas;
- 10 anos, a criança facilmente cria sonoplastias para histórias e trilhas sonoras para novelas. Canta a duas ou três vozes. Gosta de cantar, mas não canções pueris. Escuta discos com entusiasmo, principalmente de músicas mais tocadas na televisão e no rádio;
- a partir de 11 anos, o entusiasmo é o traço mais característico. Facilmente a criança perde sua própria identidade em função do grupo. As tarefas coletivas a atraem. É a época de montar ópera, criar uma obra musical em conjunto. Os debates, no nível analítico, aumentam. Ouve com facilidade tanto a música popular quanto a clássica. Gosta muito de música americana. (JEANDOT, 1993, p. 63-64).

A autora ressalta que todas essas características variam de criança para criança, sendo que o desenvolvimento da mesma pode ser acelerado através da interferência do trabalho de musicalização realizado na escola. É importante que o professor tenha cuidado para, por exemplo, não dar ênfase exagerada à parte rítmica em detrimento dos elementos melódicos, culturais, formais e criativos que compõem a música.

O Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998) ressalta a importância de se trabalhar na pré-escola, com atividades que envolvam música, por ser este um excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio e da auto-estima das crianças.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mão, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem às necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. (BRASIL, 1998).

Forquin e Gagnard (1982) apud Nicolau (1997) também ressaltam a importância da música na educação infantil quando afirmam que a mesma é um

inestimável benefício para a formação, o desenvolvimento, o equilíbrio da personalidade da criança e do adolescente; o acesso à música constitui-se nas possibilidades de criar, de interpretar ou de ouvir, que podem ser estimuladas, desenvolvidas e educadas. (FORQUIN e GAGNARD, 1982 apud NICOLAU, 1997, p. 251).

Para Jeandot (1993) o objetivo do ensino da música não reside na transmissão de técnicas, mas no desenvolvimento do gosto pela música e da habilidade para captar a linguagem musical além de expressar-se através dela, possibilitando o acesso do educando a um imenso patrimônio musical que a humanidade vem construindo.

Nesse sentido é importante ressaltar que é de responsabilidade do educador, enquanto um dos maiores modelos de imitação da criança, ser crítico e criativo na escolha do que apresentar a mesma, garantindo, com isso, que o trabalho seja interessante para ambos.

Além da competência técnica, o professor deve ser criativo. A necessidade de criar é comum a todas as crianças, que, ao interagirem com o mundo, controem seu conhecimento. O educador não deve perder a oportunidade de aproveitar essa disposição. (JEANDOT, 1993. p. 133).

Para a autora cabe ao adulto compreender de que forma a música constitui uma possibilidade expressiva privilegiada para a criança, considerando que a mesma atinge diretamente sua sensibilidade sensorial e afetiva.

A autora ainda afirma que é de suma importância estimular a criança a fazer suas próprias descobertas, cabendo ao educador enriquecer o repertório musical da mesma através de materiais a serem explorados, observando o trabalho de cada criança e planejando atividades que envolvam músicas de diferentes povos, de diferentes formas, de diferentes épocas, de diferentes compositores. O trabalho do professor deve ser criativo para despertar a motivação na criança, pensando em novas possibilidades de aprendizagem além de facilitar, quando solicitado, as atividades dos alunos.

Paschoal e Zamberlan (2005) também enfocam a importância do professor organizar um espaço que permita a participação de todas as crianças, reunindo, para isso, toda e qualquer fonte sonora como brinquedos, instrumentos musicais e objetos variados, podendo-se incluir os materiais recicláveis.

Para Jeandot (1993) a música é linguagem e, dessa forma, deve-se seguir, no que diz respeito à música, o mesmo processo de desenvolvimento que se adota quanto à linguagem falada, ou seja, é necessário que a criança seja exposta à linguagem musical e dialogue com ela sobre e por meio da música.

A autora também coloca que da mesma forma que acontece com a linguagem, cada grupo social, cada civilização possui sua expressão musical própria. Nesse sentido, antes que o educador transmita sua cultura musical própria é importante que o mesmo investigue o universo musical do qual a criança faz parte, encorajando, com isso, a criação de novas formas de expressão através da música.

No entanto, Borges (1994) afirma que, embora se concorde com a importância que a música tem na educação das crianças, é freqüente se deparar, nas classes pré-escolares, com atividades musicais limitadas exclusivamente à reprodução de cantigas utilizadas com finalidades apenas didáticas, quando as mesmas deveriam ligar-se primordialmente às emoções, no sentido de proporcionar um momento de prazer ao ouvir, cantar, tocar e inventar sons e ritmos.

Para a autora, se a música for utilizada na educação infantil apenas com o objetivo de ensinar conceitos matemáticos, anunciar o momento da história ou do lanche ou reforçar hábitos de higiene, a função primeira da mesma estará sendo desvirtuada.

E para que isso não aconteça, é necessário que o professor seja sensível à expressão musical, o que não significa que o mesmo tenha que ser um especialista em música ou que saiba, necessariamente, tocar algum instrumento. Ele deve sim, estar consciente de que, em contato com a música, a criança poderá:

- manter em harmonia a relação entre o sentir e o pensar;
- proteger a sua audição, para que não se atrofie diante do aumento de ruídos e da desqualificação sonora do mundo moderno;
- habituar-se a isolar um ruído ou som para dar-lhe sentido, especificidade ou beleza que lhe são próprios. (BORGES, 1994, p. 101).

Dessa forma, os conteúdos relacionados à musicalização deverão ser desenvolvidos nas instituições de educação infantil como conceitos em construção organizados em um processo contínuo e integrado de modo que as crianças desenvolvam, dentre outras, as capacidades de identificar e explorar os elementos da música a fim de que se expressem, interajam e ampliem seus conhecimentos sobre o mundo.

Partindo dessas idéias, é importante refletir sobre algumas questões relacionadas à formação de professores, especialmente os da educação infantil uma vez que é a partir da mesma que se configura um dos aspectos que permeia a prática do profissional que atua junto às crianças nas instituições formais desse nível de ensino.

Reflexões sobre a Formação de Professores

Em se tratando das questões relacionadas à formação de professores Nóvoa (1997, p. 25) afirma que a mesma deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva que forneça ao professor “os meios de um pensamento e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada”. Assim, torna-se possível ao professor desenvolver as habilidades necessárias para atuar em sala de aula junto aos alunos no sentido de formá-los, sem deixar, no entanto, de considerar que estar em formação implica em um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade.

Além disso, ainda de acordo com o autor, o desenvolvimento profissional do professor pode ser estimulado através de sua formação, com o desenvolvimento de uma autonomia contextualizada da profissão docente.

Assim, a formação do professor deve valorizar paradigmas que possam promover a preparação de professores reflexivos, no sentido de assumirem a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e de participarem na implementação das políticas educativas (NÓVOA, 1997).

No entanto, a ênfase na racionalidade técnica tem ocultado a possibilidade de um desenvolvimento profissional do docente mais adequado à sua prática pedagógica, pois, “a lógica da racionalidade técnica opõe-se sempre ao desenvolvimento de uma práxis reflexiva” (NÓVOA, 1997, p. 26).

Por isso, ainda de acordo com o autor, é necessário que se trabalhe no sentido de diversificar os modelos e as práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber científico e pedagógico, sem deixar de se considerar que a formação é constituída pela experimentação, inovação e ensaio de novos modos de trabalho pedagógico, além de uma reflexão crítica sobre sua utilização.

Assim, o “processo de formação dos professores deve começar pelo estudo e análise do ato de ensinar” (YINGER, 1986 apud GÓMEZ, 1997, p. 111) sendo que a prática deve ser concebida como eixo central no currículo de formação de professores.

Para Cunha (2001) o conhecimento do professor é construído no seu próprio cotidiano, contudo ele não é apenas fruto da vida na escola, visto que ele também provém de outros âmbitos e, muitas vezes, exclui de sua prática elementos pertencentes ao próprio domínio escolar.

Assim, é possível concluir que, como é explicitado por Tardif (2002), o principal desafio para a formação de professores encontra-se no estabelecimento de um espaço maior para os acontecimentos dentro do próprio currículo, uma vez que o saber dos professores – entendido aqui como conhecimentos, habilidades, competências e atitudes dos docentes – não pode estar desvinculado das outras dimensões do ensino e nem do estudo do trabalho realizado diariamente pelos professores.

Sobre a Formação de Professores da Educação Infantil

É de conhecimento e consenso entre os educadores que se os bebês e as crianças pequenas forem adequadamente estimulados os mesmos desenvolvem a inteligência e as emoções, construindo, com isso, conhecimentos e valores.

A partir da constatação de que as experiências da primeira infância são de fundamental importância para o desenvolvimento do ser humano, o papel do profissional da educação infantil deve ser submetido a um profundo processo de estudos e reflexão e, em decorrência, as exigências relacionadas à sua formação devem ser repensadas.

Em 1996, a LDB estabeleceu que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, e tem por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade. Sobre a formação dos professores, a LDB determina, no artigo 62, que para atuar na educação básica é preciso nível superior em universidades ou institutos superiores de educação, admitindo como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, bem como nas séries iniciais do ensino fundamental, a de nível médio, na modalidade norma. Prevê ainda que em um prazo de dez anos só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados em serviço.

O Plano Nacional de Educação estabelece como meta um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil para garantir que todos os dirigentes de instituições deste nível de ensino possuam, no prazo de cinco anos, formação em nível médio e, em dez anos, nível superior.

O Conselho Nacional de Educação, por sua vez, afirma que

Os cursos de formação de docentes para a Educação Infantil nos níveis médio e superior devem adaptar-se, com a maior urgência, às exigências de qualificação dos educadores para as crianças de 0 a 6 anos, considerando as transformações familiares e sociais, as características sempre mais acentuadas das sociedades de comunicação e informação, e suas conseqüências sobre as crianças, mesmo as de mais baixa renda. (BRASIL, 1998).

Partindo disso, é possível perceber o desafio que recai tanto sobre os profissionais da educação infantil quanto aos seus formadores, que precisam atualizar-se continuamente no que diz respeito às tendências e práticas da sociedade moderna.

O próprio Conselho Nacional de Educação alerta sobre a formação dos profissionais da educação infantil quando ressalta sobre a exigência de medidas práticas e imediatas entre as universidades e os centros de ensino superior,

que em regime de colaboração com os sistemas públicos e privados de instituições para as crianças de 0 a 6 anos, podem e devem contribuir através de formas criativas e solidárias, com o grande esforço nacional, para potencializar e qualificar os profissionais de Educação Infantil no Brasil. (BRASIL, 1998).

Schmitz e Maciel (2003) afirmam que, mais do que ensinar coisas, o educador de crianças necessita estabelecer um ambiente de relacionamentos no qual as crianças possam vivenciar e praticar as diversas peculiaridades e aspectos de sua personalidade em formação.

Nesse sentido, o que se constitui como sendo de fundamental importância na formação dos profissionais da educação infantil não reside na aprendizagem de várias disciplinas formais. É necessário que esse profissional aprenda a compreender, respeitar e promover a mente, os valores, os hábitos e as atividades das crianças.

Daí surge a necessidade de que

ao reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprias, com as demais e o meio ambiente de maneira articulada e gradual, as Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem buscar a integração entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã, como conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores. (BRASIL, 1998).

Embora se observe que a formação do profissional da Educação Infantil esteja sendo alvo de discussões no Brasil, é possível constatar que, apesar das mudanças sociais e políticas ocorridas neste campo, ainda há muito por se fazer. Embora a LDB contemple pontos acerca da formação de professores da educação infantil, a mesma não esclarece sobre qual deve ser o perfil desse profissional.

Paralelo a tal situação, Monteiro e Marques (2004) afirmam que existe um descomprometimento das universidades em estar colocando no mercado de trabalho, profissionais que contemplem em sua formação as especificidades do trabalho com crianças pequenas.

Para as autoras, a crítica recai sobre dois pontos. Por um lado se tem a má formação dos profissionais que já estão na prática, pois muitas vezes os mesmos não possuem subsídios teóricos que lhes possibilitem um movimento reflexivo especialmente no que diz respeito à atuação junto à criança além da observação de seu desenvolvimento.

Em contrapartida existe uma formação acadêmica que sofre críticas em função de centrar-se apenas em teorias e não vinculando a prática nesse processo,

tendo também uma formação deficitária, uma vez que saem da faculdade se o conhecimento do cotidiano das creches, com uma aluno e um aluno idealizados, com uma família pensada dentro de padrões de uma estrutura de classe média alta, que não coincidem com a diversidade de sujeitos e situações com as quais deverá trabalhar. (MONTEIRO E MARQUES, 2004, p. 208).

Ao se avaliar essas questões tratadas acima, percebe-se uma urgente necessidade de ressignificação das concepções relacionadas à educação infantil, especialmente no que se refere à formação dos profissionais a ela destinados.

Portanto, é possível reconhecer que a formação dos profissionais da educação infantil necessita abranger vários aspectos que vão desde questões relacionadas ao desenvolvimento humano até noções de cultura e sociedade. É claro que o mesmo não será um especialista em todos os aspectos atrelados à sua formação, mas deverá sim, estar atento a todas as dimensões que dizem respeito à criança e à sua formação, incluindo aí o papel da música nesse processo.

REFERÊNCIAS

BORGES, T. M. M.. **A criança em idade pré-escolar**. São Paulo: Ática, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática.** 13ª ed. Campinas: Papyrus, 2001.

GÓMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação.** 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 93-114.

JEANDOT, N. **Explorando o universo da música.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1993.

MONTEIRO, S. da S.; MARQUES, L. P. Formação em contexto de profissionais da educação infantil: impasses e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. 12., 2004, Curitiba. **Anais.** Curitiba: Champagnat. 2004, p. 2078-2088.

NICOLAU, M. L. M. **A educação pré-escolar: fundamentos e didática.** 9ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

NOGUEIRA, M. A. **Música e educação infantil:** possibilidades de trabalho na perspectiva de uma pedagogia da infância. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/28/textos/gt07/gt07213int.rtf>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: _____ (Org.). **Os professores e sua formação.** 3ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 13-33.

OLIVEIRA, M. de S. L.; BERNARDES, M. J.; RODRIGUEZ, M. A. M. A música na creche. In: ROSSETI-FERREIRA, M. C. et al (Orgs.). **Os fazeres na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 1998. p. 103-104.

PASCHOAL, J. D.; ZAMBERLAN, M. A. T. O lúdico e a criança no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. In: ZAMBERLAN, M. A. T. (Org.). **Educação infantil:** subsídios teóricos e práticas investigativas. Londrina: CDI, 2005. p. 31-46.

SCHMITZ, E. F.; MACIEL, C. Formação do educador para a educação infantil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. 3., 2003, São Leopoldo. **Anais.** São Leopoldo: Unisinos. 2003, s/p.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.